



## Parte III – Áreas de Intervenção

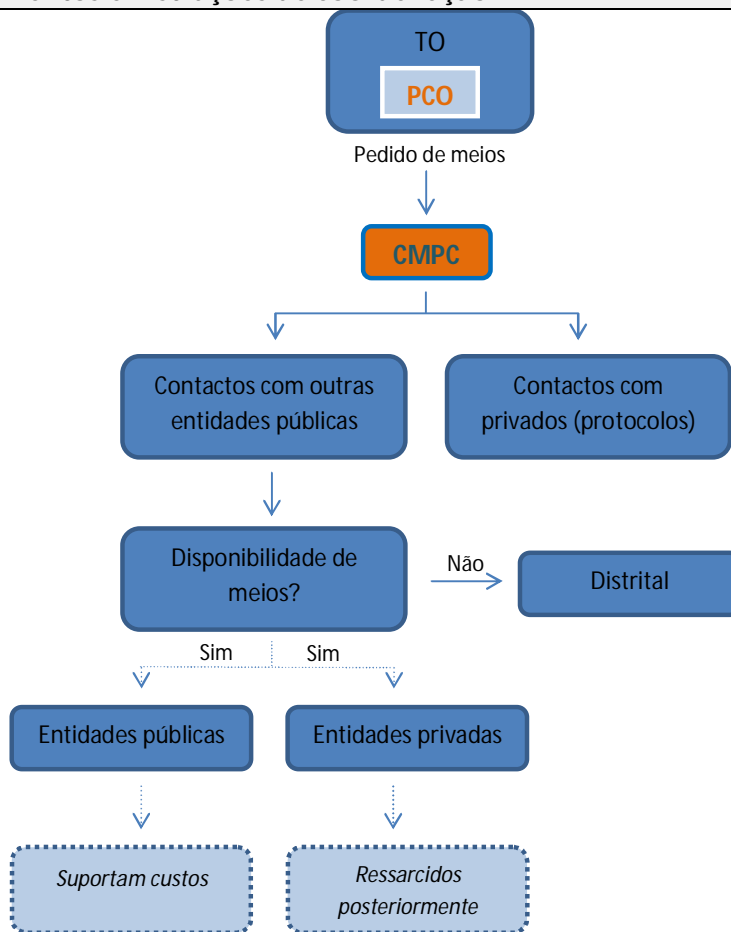
## 1. Administração de Meios e Recursos

A área de intervenção de administração de meios e recursos estabelece os procedimentos e instruções de coordenação quanto às actividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos utilizados aquando da activação do plano municipal de emergência de protecção civil.

Tem como funções principais:

- Responsabilidade da gestão financeira e de custos;
- Supervisão das negociações contratuais;
- Gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos;
- Gestão dos processos de seguros.

ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS E RECURSOS	
Entidade Coordenadora: Câmara Municipal de Vila do Conde	
Entidades Intervenientes:	Entidades de Apoio Eventual:
<ul style="list-style-type: none"><li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li><li>• Bombeiros Voluntários de Vila do Conde;</li><li>• PSP e GNR.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Comandante Operacional Municipal;</li><li>• Indaqua;</li><li>• EDP;</li><li>• EDP Gás;</li><li>• Estradas de Portugal.</li></ul>
Prioridades de Acção:	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Proceder à gestão financeira e de custos das operações de emergência de protecção civil;</li><li>• Definir e implementar, com a colaboração das restantes áreas de intervenção, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de socorro;</li><li>• Supervisionar as negociações contratuais;</li><li>• Realizar a gestão dos tempos de utilização dos recursos e equipamentos;</li><li>• Gerir os processos de seguros;</li><li>• Actualizar a lista de contactos dos fornecedores públicos e privados de bens, equipamentos e serviços, necessários às operações de emergência de protecção civil;</li><li>• Identificar os modos de contacto com os fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos;</li><li>• Garantir a permanente actualização do inventário de meios e recursos municipais.</li></ul>	

**Procedimentos e instruções de coordenação****Pessoal empenhado:**

- O pessoal da Administração Local é nomeado e remunerado pelos organismos a que pertence;
- O pessoal integrado nas operações, das entidades e organismos previstos no Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Vila do Conde é remunerado por essas mesmas entidades e organismos;
- O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite, a título benévolo, deverá apresentar-se nas Juntas de Freguesia e Quartéis de Bombeiros, se outro local não for indicado, para posterior encaminhamento;
- O pessoal voluntário, devidamente integrado, pode ser abonado de alimentação nos dias que preste serviço.

**Gestão de meios:**

- Os meios e recursos a empenhar durante a fase de emergência e reabilitação serão prioritariamente os indicados no Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil (IV-III-1);
- Os meios e recursos pertencentes aos agentes de protecção civil e aos organismos de apoio serão colocados à disposição do Posto de Comando que os afectará de acordo com as necessidades;
- A CMPC e o Posto de Comando são autónomos para a gestão de meios existentes, assim como para a gestão de meios de reforço que lhes forem atribuídos;
- Será dada preferência à utilização dos meios e recursos públicos (ou detidos por entidades com as quais tenham sido celebrados protocolos de utilização) sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Os pedidos de reforço de meios só são considerados válidos quando apresentados pela respetiva cadeia de comando;
- Os meios e recursos devem ser requisitados através do modelo de requisição presente em IV-III-3.

**Gestão de finanças:**

- A entidade requisitante dos meios e recursos será responsável pelo ressarcimento das despesas inerentes, nos termos da legislação em vigor e salvo disposições específicas em contrário;
- O SMPC é responsável pela actualização da lista de contactos dos fornecedores públicos e privados de bens, equipamentos e serviços;
- O SMPC é responsável pela permanente actualização do inventário de meios e recursos municipais;
- A aquisição de bens e serviços será feita nos termos legais e por requisição da CMPC, com autorização do Presidente da Câmara, e a liquidação das despesas será efectuada pela Câmara Municipal de Vila do Conde, segundo as Normas de Contabilidade Pública;
- No caso de uma determinada área do Município ser declarada em Situação de Calamidade os auxílios serão concedidos de acordo com a legislação em vigor;
- Os subsídios e donativos recebidos em dinheiro, com destino às operações de emergência, são administrados pela Divisão de Administração Financeira da Câmara Municipal de Vila do Conde através da Conta Especial de Emergência;
- A alimentação, abrigo provisório e agasalho das populações evacuadas, serão da responsabilidade da Divisão de Administração Financeira / Câmara Municipal de Vila do Conde, através de verbas disponibilizadas superiormente para o efeito.

## 2. Logística

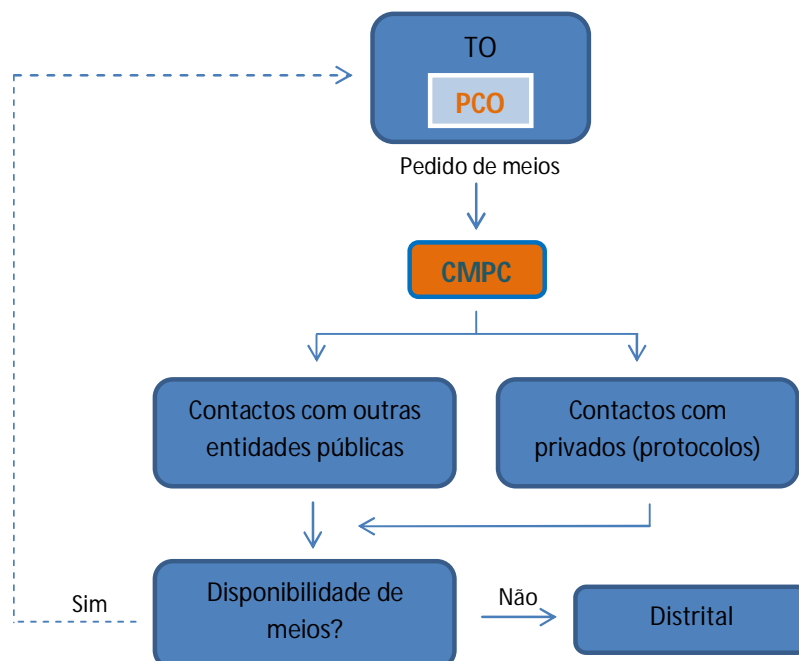
No apoio logístico às operações definem-se os procedimentos e instruções de coordenação e identificam-se os meios e as responsabilidades dos serviços, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio, quanto às actividades de logística destinadas a apoiar as forças de intervenção e a população.

### 2.1. Apoio logístico às forças de intervenção

No que diz respeito ao apoio logístico às forças de intervenção, está previsto o fornecimento de alimentação, combustíveis, manutenção e reparação de equipamentos, transportes, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência.

Da mesma forma dá-se resposta às necessidades dos serviços, organismos e entidades de apoio na fase de reabilitação das redes e serviços técnicos essenciais (energia eléctrica, gás, água, telefone e saneamento básico).

APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	
<b>Entidade Coordenadora: Câmara Municipal de Vila do Conde</b>	
<b>Entidades Intervenientes:</b>	<b>Entidades de Apoio Eventual:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li><li>• Juntas de Freguesia;</li><li>• Bombeiros;</li><li>• Cruz Vermelha Portuguesa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• EDP;</li><li>• Portugal Telecom;</li><li>• Indaqua</li><li>• EDP Gás.</li></ul>
<b>Prioridades de Acção:</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Prever a confecção e distribuição de alimentação ao pessoal envolvido em acções de socorro, depois de esgotada a capacidade própria das organizações a que pertencem ou a que estejam afectos, através de um sistema de requisições;</li><li>• Assegurar às áreas de intervenção, quando requisitado, o fornecimento de bens e serviços, nomeadamente combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de material, transportes e material sanitário, através de um sistema de requisições;</li><li>• Fornecer meios e recursos para a desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro, identificados de acordo com a situação de emergência;</li><li>• Fornecer meios e recursos para as demolições, escoramentos e desobstruções que lhe sejam solicitados, bem como para a drenagem e escoamento de águas;</li><li>• Promover a reparação e manutenção de viaturas essenciais à conduta das operações de emergência;</li><li>• Apoiar, a pedido, as outras áreas de intervenção e as forças no terreno com equipamentos, máquinas de engenharia, meios de transporte e geradores;</li><li>• Disponibilizar meios recursos para as acções de identificação de substâncias poluentes/tóxicas e zelar pelo cumprimento das disposições legais referentes a conservação e protecção da natureza e do meio ambiente, dos recursos hídricos, dos solos e da riqueza cinegética, florestal ou outra, em apoio às forças de intervenção.</li></ul>	

**Procedimentos e instruções de coordenação:****Instruções Específicas:**

- A alimentação e alojamento do pessoal das entidades e organismos intervenientes nas operações de socorro estarão a cargo destas;
- A alimentação do pessoal voluntário ficará a cargo da Câmara Municipal;
- A alimentação e alojamento dos representantes da CMPC serão a cargo das Entidades ou da Câmara Municipal de Vila do Conde, quando outra forma não for fixada pela CMPC;
- Os combustíveis e lubrificantes são obtidos no mercado local (ou em local designado pelo Departamento Financeiro) pelas Entidades e Organismos intervenientes, através de guia de fornecimento. Estas serão liquidadas posteriormente, pela Câmara Municipal, através da sua Conta Especial de Emergência ou por verbas consignadas para o efeito.
- As despesas de manutenção e reparação de material são encargo das entidades e organismos a que pertence o material. No caso de haver despesas extraordinárias estas serão liquidadas pela Câmara Municipal, através de verbas destinadas para o efeito ou da sua Conta Especial de Emergência.
- As normas de mobilização, requisição de meios e fornecimento de transportes estarão a cargo da área da Logística, em cooperação com a Administração de Meios e Recursos;
- O material sanitário está a cargo das Entidades e Organismos próprios intervenientes no Acidente Grave ou Catástrofe. Poderão ser constituídos nas instalações dos Centros de Saúde e das Forças de Socorro, postos de fornecimento de material sanitário através de requisição, devendo os pedidos dar entrada através da CMPC;
- As forças de intervenção podem requisitar à CMPC, artigos que se mostrem indispensáveis na emergência;

- A zona de concentração e reserva de meios e receção de reforços será efetuada nos seguintes pontos (figura 7):
  - Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde;
  - Posto dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde (Fornelo);
  - Posto dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde (Vilar de Pinheiro).

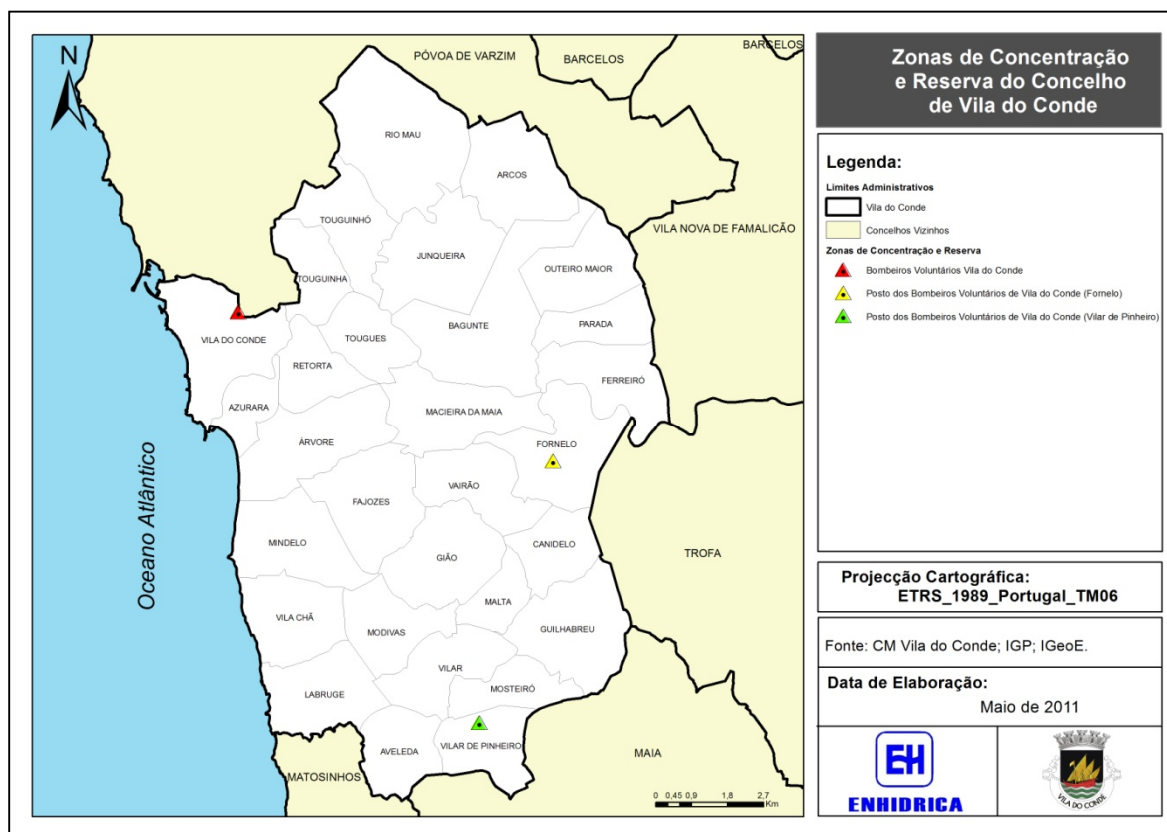


Figura 7. Zonas de Concentração e Reserva do concelho de Vila do Conde

## 2.2. Apoio logístico às populações

No apoio logístico às populações está prevista a forma de coordenação da assistência àqueles que não tenham acesso imediato aos bens essenciais de sobrevivência, como, por exemplo, água potável. Prevê-se ainda o alojamento temporário das populações evacuadas ou desalojadas, a realizar fora das zonas de sinistro e apoio. Os procedimentos têm em conta a alimentação e agasalho das populações acolhidas em zonas de concentração e apoio à população. Este apoio fica a cargo do Instituto de Segurança Social de Vila do Conde.

As zonas de concentração e apoio à população, a classificar como de curta ou de longa duração, deverão satisfazer as seguintes condições mínimas

a) Zonas de concentração e apoio à população de curta duração (algumas horas):

- Lugares sentados;
- Sanitários;
- Água;
- Alimentação ligeira (eventualmente);
- Parqueamento.

b) Zonas de concentração e apoio à população de média duração (mais 24 horas):

- Dormida;
- Higiene pessoal;
- Alimentação;
- Parqueamento.

Sempre que necessário as zonas de concentração e apoio à população funcionarão como pontos de reunião para controlo dos residentes e despiste de eventuais desaparecidos.

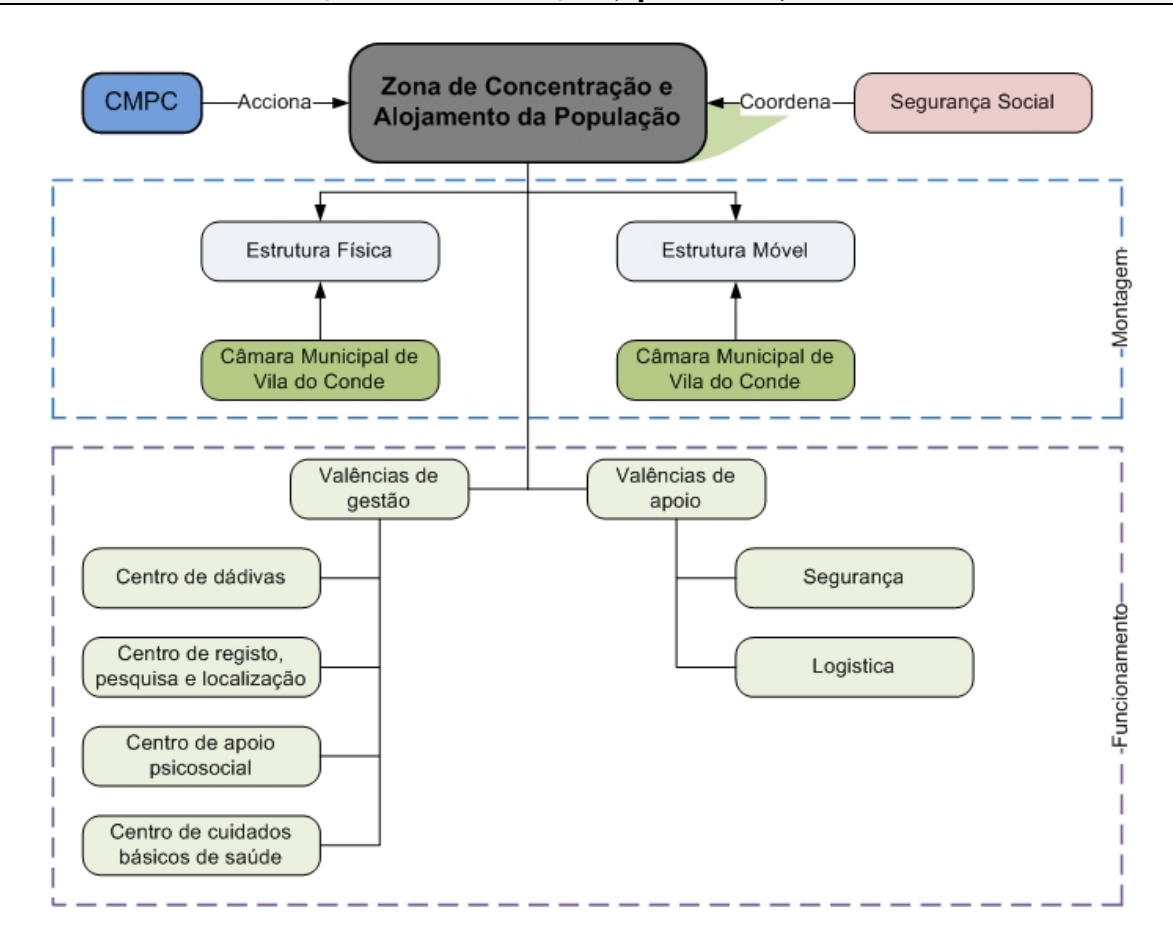
As zonas de concentração e apoio à população são ativadas por decisão do Director do Plano, em função da localização das áreas evacuadas e das suas condições de utilização, optando-se, preferencialmente, pelos definidos no anexo específico.

A actividade de apoio logístico às populações inclui a criação e a gestão de acções destinadas à obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento de donativos, bem como o controlo e emprego de pessoal.

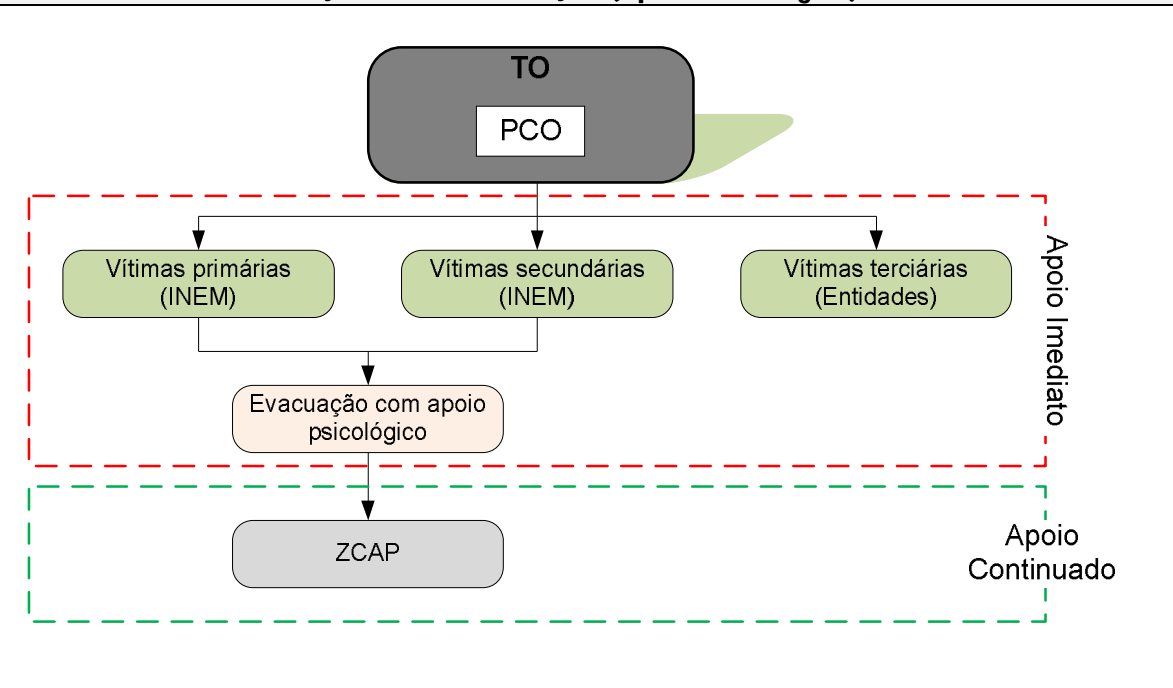


APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES	
Entidade Coordenadora: Segurança Social	
Entidades Intervenientes:	Entidades de Apoio Eventual:
<ul style="list-style-type: none"><li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li><li>• INEM, PSP e GNR;</li><li>• Corpos de Escuteiros;</li><li>• Bombeiros Voluntários de Vila do Conde;</li><li>• Cruz Vermelha Portuguesa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• EDP;</li><li>• Portugal Telecom;</li><li>• Indaqua;</li><li>• EDP Gás;</li><li>• Juntas de Freguesia.</li></ul>
Prioridades de Acção:	
<b>APOIO SOCIAL:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Coordenar a assistência àqueles que não tenham acesso imediato aos bens essenciais de sobrevivência, como por exemplo, água potável;</li><li>• Coordenar as actividades de manutenção dos locais de alojamento provisório (limpezas, etc.);</li><li>• Coordenar as actividades de fornecimento de alimentação, agasalhos e alojamento aos sinistrados, enquanto permanecerem deslocados;</li><li>• Coordenar a distribuição de bens e serviços pela população afectada;</li><li>• Garantir a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios;</li><li>• Criar e gerir acções destinadas à obtenção de fundos externos, recolha e armazenamento de donativos;</li><li>• Garantir a prestação social de emergência;</li><li>• Promover o inventário de meios e recursos específicos, designadamente no âmbito da alimentação, agasalhos, material sanitário e de locais para a constituição de abrigos de emergência e no âmbito do transporte de passageiros e mercadorias, bem como as respectivas instalações fixas de apoio (em cooperação com a Área de Administração de Meios e Recursos);</li><li>• Propor o estabelecimento de protocolos com entidades fornecedoras de bens e serviços, com capacidade para fornecimento em situação de emergência e coordenar a gestão das áreas de abrigo, organizando um "Centro de Gestão de Áreas de Acolhimento";</li><li>• Inventariar e propor a constituição de armazéns de emergência, adequando as suas existências e necessidades;</li><li>• Garantir e criar abrigos de emergência temporários.</li></ul> <b>APOIO PSICOLÓGICO:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas primárias e secundárias no local da ocorrência \ teatro de operações (TO);</li><li>• Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas primárias e secundárias do TO para as Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) e destas para as Zonas de Concentração e Alojamento das Populações (ZCAP);</li><li>• Assegurar o apoio psicológico às vítimas terciárias;</li><li>• Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas terciárias para locais exclusivos para esse efeito;</li><li>• Assegurar o apoio psicológico de continuidade à população presente nas ZCAP.</li></ul>	

### Procedimentos e instruções de coordenação (Apoio Social):



### Procedimentos e instruções de coordenação (Apoio Psicológico):



**Instruções Específicas:****APOIO SOCIAL**

- O Serviço Local de Segurança Social, como entidade coordenadora, assegura a activação de Zonas de Concentração e Alojamento das Populações (ZCAP) e informa as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados;
- As ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população evacuada;
- As ZCAP, em espaço aberto e/ou fechado, localizam-se em locais previstos no Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, ou em função da dimensão da catástrofe (escolher em função da localização do acidente grave ou catástrofe - ver figura 26 - Parte IV - Secção II - 4 );
- A primeira acção a desenvolver sempre que alguém dê entrada numa Zona de Concentração e Apoio às Populações (ZCAP) é o Registo.
- O registo pressupõe a recolha da seguinte informação: nome, idade, morada anterior e necessidades especiais;
- A segurança às ZCAP é efectuada de acordo com os procedimentos definidos para a Área de Intervenção de Manutenção da Ordem Pública;
- O SMPC promove a instalação de locais de montagem de cozinhas e refeitórios de campanha e coordena a assistência e bem-estar às populações, designadamente o fornecimento de bens e serviços essenciais;
- O SMPC elabora planos de distribuição prioritária de água e de energia, definindo as entidades a que prioritariamente devem ser restabelecidos, como sejam unidades hospitalares e de saúde, centros de deslocados, mortuárias, estabelecimentos de ensino, prisões, lares de idosos, instalações públicas e indústrias agro-alimentares;
- O SMPC garante a recepção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades e assistência individual a evacuados e vítimas;
- O SMPC assegura a actualização da informação, nos Centros de Registo, Pesquisa e Localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP (em cooperação com a área de Procedimentos de Evacuação);
- O SMPC garante a recepção e gestão de bens essenciais (alimentos, agasalhos, roupas) que sejam entregues nas ZCAP para apoio a vítimas e evacuados, organizando um Centro de Gestão de Dádivas;
- O SMPC recebe todo o pessoal voluntário ou de serviços públicos e privados, não especializado, destinado a colaborar na situação de emergência;
- O SMPC elabora e mantém actualizada a lista de voluntários e benévolos;
- O SMPC reforça áreas de intervenção, de acordo com a especialidade técnica dos voluntários e benévolos disponíveis.

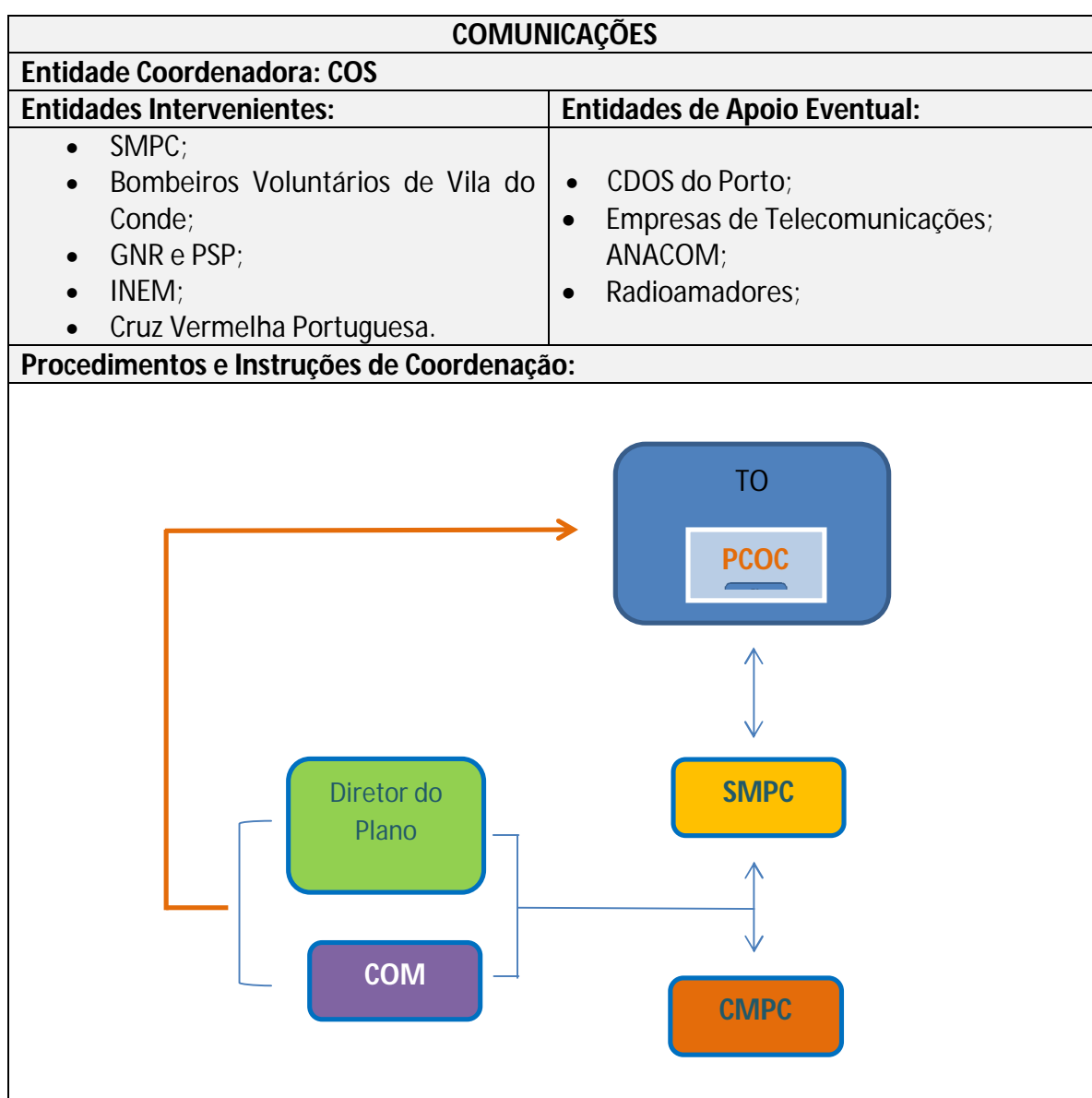
**Instruções Específicas:****APOIO PSICOLÓGICO**

- O apoio psicológico imediato às vítimas primárias e secundárias no TO será realizado em Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) constituídas para o efeito;
- As acções a desenvolver nas ZAP são respeitantes à recepção e estabilização de vítimas, levantamento de necessidades psicossociais, identificação e recolha de informação das mesmas;
- As ZAP são da responsabilidade do INEM a quem cabe gerir as prioridades de evacuação e os momentos de evacuação. Os restantes agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio que disponham de psicólogos apoiam o INEM na medida das suas disponibilidades;
- As ZAP devem articular-se com as ZCAP quanto à comunicação de dados e com o COS quanto à recolha de informação com relevância operacional;
- O apoio psicológico às vítimas terciárias é responsabilidade primária das respectivas entidades. No caso de insuficiência ou ausência de meios de apoio, este será garantido pelas entidades disponíveis para o efeito. As vítimas terciárias são acompanhadas em locais reservados e exclusivos para esse efeito;
- Os psicólogos das Forças de Segurança serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento dos seus próprios operacionais. As disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta;
- O apoio psicológico de continuidade, a realizar predominantemente nas ZCAP, é coordenado pela Segurança Social que será apoiada por equipas de psicólogos da Câmara Municipal e da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Nas ZCAP aplicam-se os procedimentos previstos nas instruções específicas relativas ao Apoio Social, constantes nesta Área de Intervenção.

### 3. Comunicações

O sucesso das operações de socorro depende, entre outros factores, de um eficaz funcionamento das comunicações no teatro de operações.

Neste sentido, encontram-se estabelecidos os procedimentos e instruções de coordenação, bem como identificados os meios e serviços, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio, no que respeita ao estabelecimento ou reforço das comunicações entre o director do plano, o posto de comando operacional e as forças de intervenção.



As comunicações são um factor de primordial importância no âmbito do planeamento, do aviso e alerta e da condução das operações de emergência de Protecção Civil.

Compete ao COS estabelecer o plano de comunicações para o teatro de operações, o qual inclui as zonas de sinistro, de apoio e de concentração e reserva, tendo em conta o estipulado na NEP n.º 042 de 27 de Julho de 2006.

A Rede Rádio de Protecção Civil tem como objectivo estabelecer a ligação entre o CDOS, os Serviços Municipais de Protecção Civil, os diversos agentes de protecção civil e outras entidades e organismos considerados relevantes.

A Rede Rádio Distrital de Protecção Civil é composta por duas redes de comunicação distintas, respectivamente a REPC (Rede Estratégica de Protecção Civil), e a ROB (Rede Operacional dos Bombeiros), que operam nos modos semidúplex e simplex.

A REPC é uma rede partilhada pela estrutura operacional da ANPC e pelos Agentes de Protecção Civil (APC) cujo objectivo primário é assegurar uma capacidade de interligação e de interoperabilidade ao nível das estruturas superiores de comando. Tem acesso à REPC os serviços e os agentes de protecção civil, bem como os equipamentos móveis e portáteis de comando dos corpos de Bombeiros e outras entidades especificamente autorizadas pela ANPC.

Com prévia autorização, os Agentes de Protecção Civil podem utilizar equipamentos móveis e portáteis nos canais táticos e manobra.

Em casos excepcionais, como substituição de sistemas e equipamentos inoperacionais ou danificados e estabelecer ligações com áreas inacessíveis ou isoladas poderá, de acordo com o Plano Nacional de Telecomunicações de Emergência, recorrer-se à utilização de meios do serviço de radiocomunicações privadas.

Em Vila do Conde existe ainda o SIRESP, um sistema único de comunicações, baseado numa só infra-estrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que assegura a satisfação das necessidades de comunicações das forças de segurança e emergência, satisfazendo a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação”.

Para além do uso de comunicações rádio, o SMPC tem ainda à sua disposição os sistemas de telecomunicações de uso público, nomeadamente telefónico, serviço fax e via telemóvel, os quais ao nível técnico estão assentes em meios e recursos próprios dos operadores detentores dos ditos serviços, nomeadamente Portugal Telecom, TMN, Vodafone e Optimus (entre outros).

As Forças de Segurança poderão colaborar nas transmissões do alerta através da central de emergência 112.



Em caso de emergência ou pré-emergência e com o intuito de informar, avisar ou alertar a população, poder-se-á difundir toda a informação disponível, através da divulgação de comunicados, notas de imprensa e outras formas recorrendo aos órgãos de comunicação social presentes no Município.

As frequências, canais e indicativos da rede rádio constam em ANEXO por conter informação reservada.

## 4. Gestão da informação

A gestão da informação em situações de acidente grave ou catástrofe exige um sistema de comunicações eficiente e fiável de modo a garantir uma comunicação rápida entre todos os Agentes de Protecção Civil.

A gestão da informação de emergência deverá dividir-se em três grandes componentes:

- Gestão da informação entre as entidades actuates nas operações;
- Gestão da informação às entidades intervenientes do Plano;
- Informação Pública.

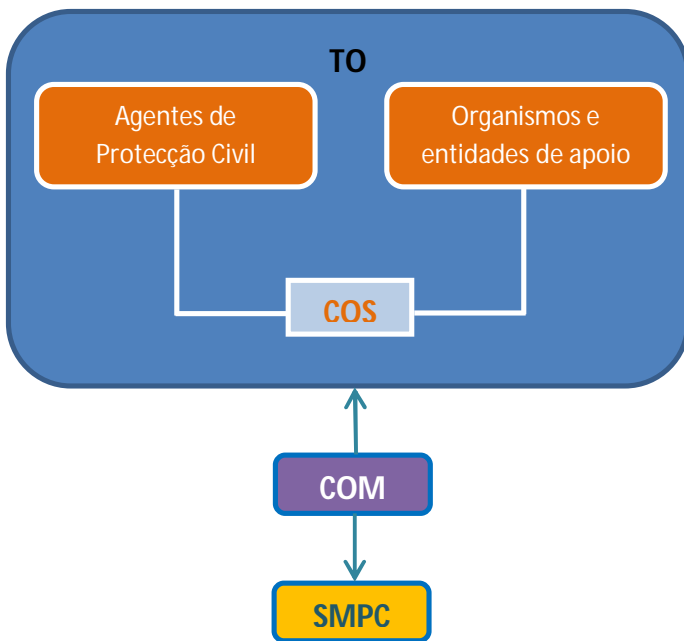
### 4.1. Gestão da informação entre as entidades actuates nas operações

No que respeita à informação entre as entidades actuates, são previstos no plano, a forma de recolha e tipo de informação relativo a:

- Pontos de situação e perspectivas de evolução futura;
- Cenários e resultados de modelos de previsão;
- Dados ambientais e sociais;
- Outras informações.

Este conjunto de informação permite adequar recursos e gerir de forma mais equilibrada a utilização das equipas de resposta, potenciando a sua acção. São elencados os procedimentos e instruções de coordenação, bem como os meios e as responsabilidades dos serviços, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio.



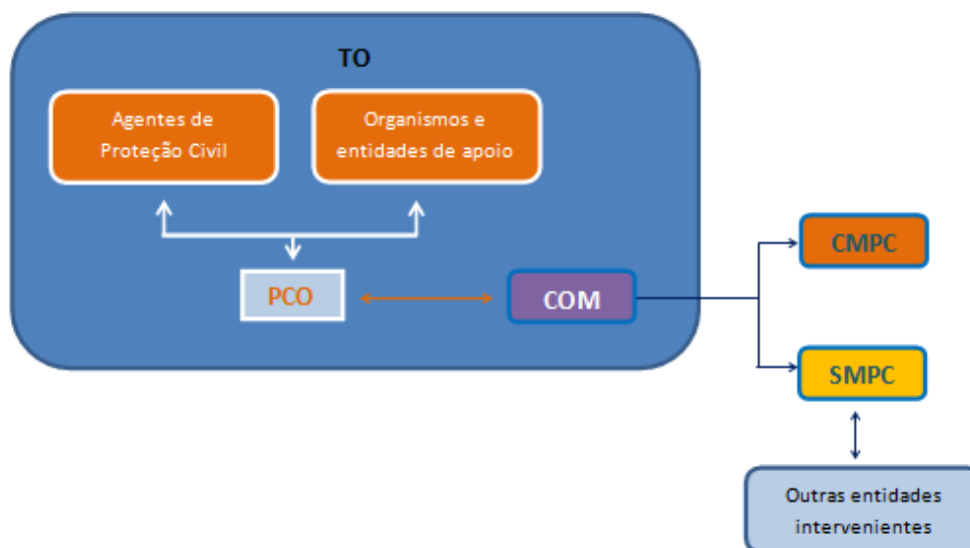
GESTÃO DA INFORMAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES ACTUANTES DO PLANO	
<b>Entidade Coordenadora: SMPC</b>	
<b>Entidades Intervenção:</b>	<b>Entidades de Apoio Eventual:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li> <li>• INEM;</li> <li>• Forças de Segurança;</li> <li>• Sapadores Florestais;</li> <li>• Bombeiros;</li> <li>• Cruz Vermelha Portuguesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CDOS do Porto;</li> </ul>
<b>Prioridades de Acção:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a obtenção de pontos de situação junto do COS, outros agentes de protecção civil e entidades intervenientes;</li> <li>• Recolher e tratar informação necessária à perspetivação da evolução futura da situação de emergência;</li> <li>• Analisar possíveis cenários e resultados de modelos de previsão;</li> <li>• Analisar dados ambientais e sociais relevantes para o apoio à decisão nas operações de emergência;</li> <li>• Analisar e tratar outras informações relevantes.</li> </ul>	
<b>Procedimentos e instruções de coordenação:</b>	
 <pre> graph TD     subgraph TO [TO]         APC[Agentes de Protecção Civil]         OEA[Organismos e entidades de apoio]         COS[COS]         APC --- COS         OEA --- COS     end     COM[COM] --&gt; COS     COS --&gt; SMPC[SMPC] </pre>	
<b>Instruções Específicas:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O COS é o responsável pela gestão da informação no teatro das operações. Caber-lhe-á transmitir ao SMPC os pontos de situação necessários e solicitar meios de reforço, caso tal se justifique.</li> <li>• O COM é o responsável pela gestão da informação e pela sua difusão junto da CMPC e do Director do Plano. A periodicidade dos briefings não deverá ser superior a 4 horas.</li> </ul>	

## 4.2. Gestão da informação às entidades intervenientes

Em relação à gestão da informação às entidades intervenientes indicam-se os procedimentos e instruções de coordenação que asseguram a notificação e passagem de informação às entidades intervenientes do plano, designadamente autoridades, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio. Tal fluxo de informação destina-se a assegurar que todas as entidades mantêm níveis de prontidão e envolvimento.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO ÀS ENTIDADES INTERVENIENTES DO PLANO	
<b>Entidade Coordenadora: SMPC</b>	
<b>Entidades Intervenientes:</b>	<b>Entidades de Apoio Eventual:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li> <li>• INEM;</li> <li>• Forças de Segurança;</li> <li>• Sapadores Florestais;</li> <li>• Bombeiros;</li> <li>• Cruz Vermelha Portuguesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CDOS do Porto;</li> </ul>
<b>Prioridades de Acção:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a obtenção de pontos de situação junto do COS, outros agentes de protecção civil e entidades intervenientes;</li> <li>• Recolher e tratar informação necessária à perspetivação da evolução futura da situação de emergência;</li> <li>• Analisar possíveis cenários e resultados de modelos de previsão;</li> <li>• Analisar dados ambientais e sociais relevantes para o apoio à decisão nas operações de emergência;</li> <li>• Analisar e tratar outras informações relevantes.</li> </ul>	

### Procedimentos e instruções de coordenação:



**Instruções Específicas:**

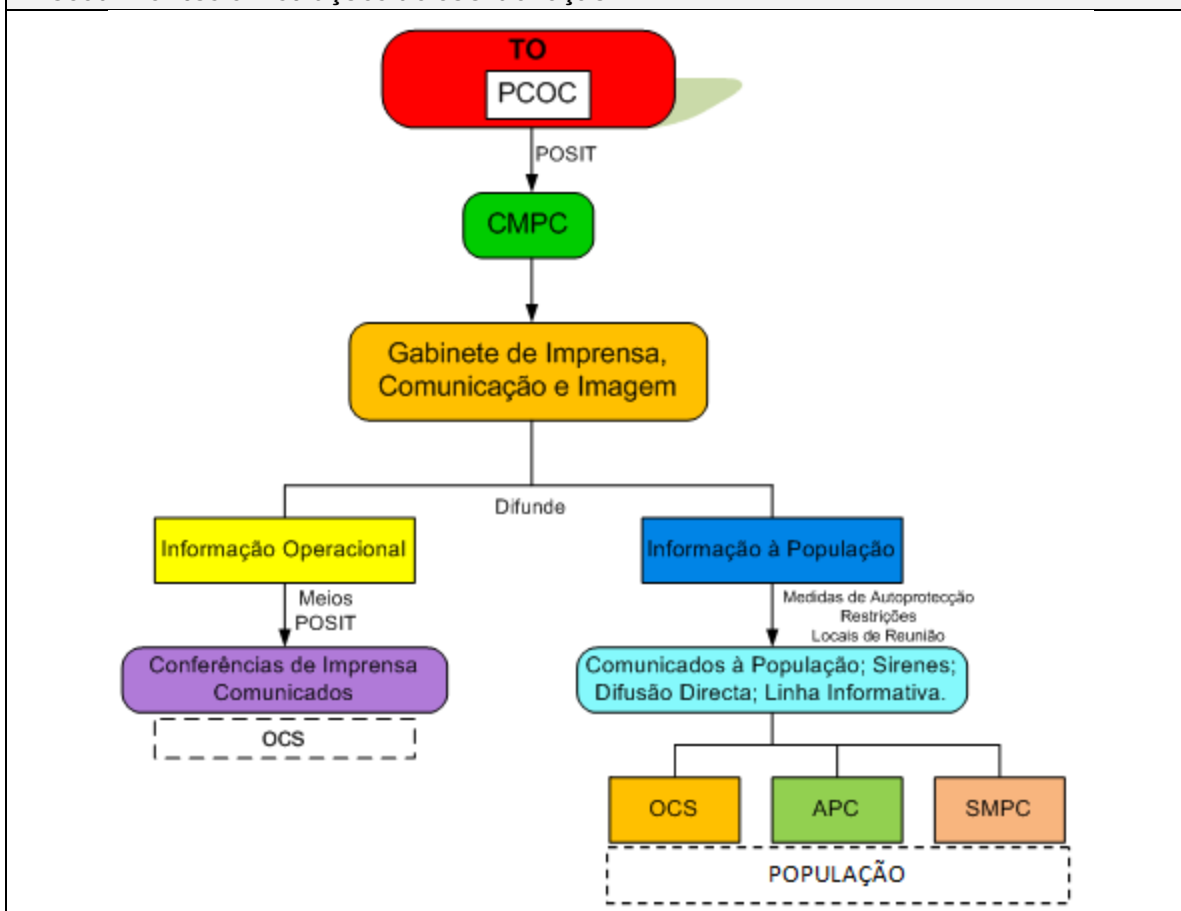
- O COM é o responsável pela gestão da informação e pela sua difusão junto da CMPC e do Director do Plano;
- A gestão de informação entre as entidades intervenientes é feita através de relatórios periódicos (modelo de relatório constante em IV-III-3), mensagens escritas, comunicações rádio, telefone, áudio ou vídeo-conferência, ou outro, conforme se revele mais eficaz e adequado.
- A periodicidade dos briefings não deverá ser superior a 4 horas.

### 4.3. Informação pública

Em relação à vertente de informação pública encontra-se definida a forma como a população deve ser avisada e mantida informada durante a ocorrência, de modo a que possa adoptar as instruções das autoridades e as medidas de autoprotecção mais convenientes. Estão ainda previstos os procedimentos de informação periódica aos órgãos de comunicação social, a levar a cabo pelo Director do Plano ou seu representante. Está previsto o tipo de informações a prestar, nomeadamente o ponto de situação, as acções em curso, as áreas de acesso restrito, as medidas de autoprotecção, os locais de reunião, de acolhimento provisório ou de assistência, os números de telefone e locais de contacto para informações, recepção de donativos e inscrição para serviço voluntário e as instruções para regresso de populações evacuadas.

INFORMAÇÃO PÚBLICA	
<b>Entidade Coordenadora: Câmara Municipal de Vila do Conde</b>	
<b>Entidades Intervenientes:</b>	<b>Entidades de Apoio Eventual:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li><li>• PSP e GNR;</li><li>• Bombeiros Voluntários de Vila do Conde.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• CDOS do Porto.</li></ul>
<b>Prioridades de Acção:</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Mantém permanentemente actualizados todos os aspectos relacionados com a emergência, bem assim como das operações de socorro em curso;</li><li>• Garante a relação com os órgãos de comunicação social e prepara, com a periodicidade determinada, comunicados a distribuir;</li><li>• Organiza e prepara briefings periódicos e conferências de imprensa, por determinação do Director do Plano;</li><li>• Divulga a todos os órgãos de comunicação social a informação necessária;</li><li>• Divulga a informação disponível, bem como os avisos e medidas de autoprotecção às populações, incluindo números de telefone de contacto, indicação de pontos de reunião ou centros de deslocados/assistência, listas de desaparecidos, mortos e feridos, locais de acesso interdito ou restrito e outras instruções consideradas necessárias;</li><li>• Organiza campanhas de informação pública durante as acções de preparação para a emergência;</li><li>• Organiza e mantém actualizadas uma lista de contactos dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) locais e regionais (Rádio Foz do Ave, Rádio Linear, Jornal "O Vilacondense");</li><li>• Os Órgãos de Comunicação Social devem difundir toda a informação disponível, através da divulgação na íntegra, de comunicados e outras formas, no âmbito da sua missão informativa;</li><li>• Na Fase de Emergência, as estações de rádio devem difundir, em tempo útil, os avisos e medidas de autoprotecção das populações.</li></ul>	

### Procedimentos e instruções de coordenação:



### Instruções Específicas:

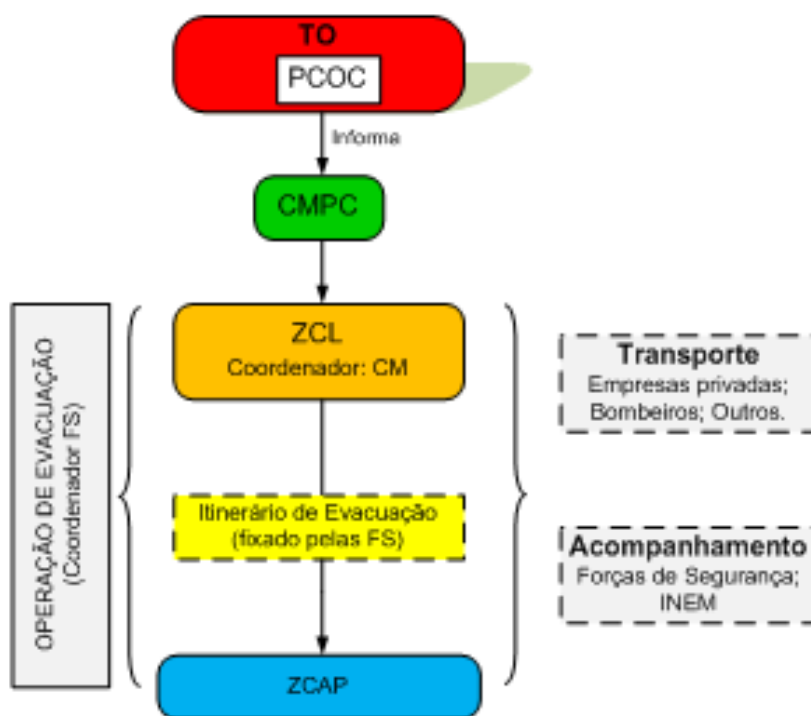
- O Director do Plano é o responsável pela validação da informação pública divulgada. O Director poderá nomear um porta-voz para as relações com os OCS;
- Cabe ao COM prestar eventuais esclarecimentos aos órgão de comunicação social ou à população, em articulação com a CMPC;
- O aviso e a informação pública podem ser desencadeados, através sirenes (toques intermitentes de 5 segundos, executados durante 1 minuto, repetidos 5 vezes, com um intervalo de 1 minuto entre cada repetição);
- O modelo de comunicado a utilizar para o efeito consta em IV-III-4.

## 5. Procedimentos de evacuação

Relativamente aos procedimentos de evacuação, estão estabelecidos os procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e das responsabilidades dos serviços, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio, associados às operações de evacuação e movimentação das populações, designadamente abertura de corredores de circulação de emergência, controlo de acesso às áreas afectadas e controlo de tráfego.

PROCEDIMENTOS DE EVACUAÇÃO	
Entidade Coordenadora: Forças de Segurança	
Entidades Intervenientes:	Entidades de Apoio Eventual:
<ul style="list-style-type: none"><li>• Forças de Segurança;</li><li>• Bombeiros;</li><li>• Cruz Vermelha Portuguesa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li><li>• INEM;</li><li>• Hospitais;</li><li>• Escuteiros;</li><li>• Autoridade Marítima;</li><li>• Empresas de transporte de passageiros.</li></ul>
Prioridades de Acção:	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Coordenar as operações de movimentação das populações;</li><li>• Difundir junto das populações recomendações de evacuação, directamente, ou por intermédio da área de intervenção de gestão de informação;</li><li>• Definir os locais de concentração e irradiação;</li><li>• Definir itinerários de evacuação, em articulação com o COS e em conformidade com o plano municipal de emergência de protecção civil;</li><li>• Proceder à abertura de corredores de emergência;</li><li>• Garantir o controlo do tráfego e manter abertos os corredores de emergência, coordenando o acesso às áreas afectadas.</li></ul>	

### Procedimentos e instruções de coordenação:



### Instruções Específicas:

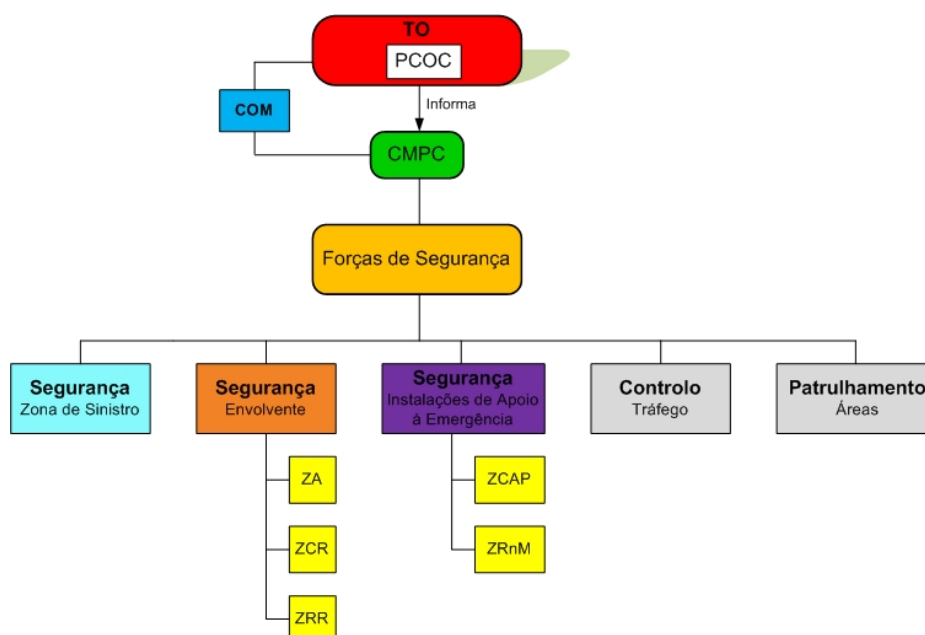
- A evacuação das populações é proposta pelo COS e validada pelo Director do Plano;
- A orientação da evacuação e a movimentação das populações é da responsabilidade das Forças de Segurança;
- O tráfego rodoviário é reencaminhado pelas forças de segurança, de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar, nem com a mobilidade das forças de intervenção;
- No caso de evacuação por via marítima/fluvial, a Autoridade Marítima disponibilizará os meios mais adequados para as mesmas;
- Existem Zonas de Concentração Local (ZCL), caracterizadas pela proximidade à Zona de Sinistro (ver figuras 24 e 26 constante em IV-II-4 e escolher em função da zona de sinistro);
- Zonas de Reunião e Irradiação (ZRI) para onde converge a população das diversas ZCL, em local mais amplo, seguro e com maior facilidade de acesso de meios de transporte;
- Podem ainda existir Zonas de Concentração e Alojamento das Populações (ZCAP), para onde são encaminhadas as populações, antes de serem conduzidas para um alojamento;
- As ZCL e ZRI são coordenadas pela câmara municipal e articulam-se operacionalmente com a área de intervenção da Logística;
- As ZCAP são coordenadas pelo Instituto de Segurança Social;
- O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas é controlado pelas forças de segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego.

## 6. Manutenção da ordem pública

No que diz respeito à manutenção da ordem pública, estão estabelecidos os procedimentos e instruções de coordenação destinados a assegurar a manutenção da ordem pública, a limitação do acesso às zonas de sinistro e de apoio e a segurança das infra-estruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de protecção civil (tais como instalações dos agentes de protecção civil, hospitais, escolas, etc.).

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	
<b>Entidade Coordenadora: Forças de Segurança</b>	
<b>Entidades Intervénientes:</b>	<b>Entidades de Apoio Eventual:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>PSP/GNR;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmara Municipal de Vila do Conde.</li> </ul>
<b>Prioridades de Acção:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a manutenção da lei e da ordem;</li> <li>Garantir a protecção das pessoas, bens e património;</li> <li>Garantir o controlo de tráfego e manter abertos corredores de circulação de emergência;</li> <li>Garantir a segurança de estruturas sensíveis e/ou fundamentais às operações de protecção civil e de apoio às populações;</li> <li>Coordenar o acesso às áreas afectadas;</li> <li>Colaborar nas acções de aviso, alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso às populações, em colaboração com a área da Gestão da Informação;</li> <li>Prestar a colaboração necessária ao diagnóstico da situação de emergência.</li> </ul>	

### Procedimentos e instruções de coordenação:





**Instruções Específicas:**

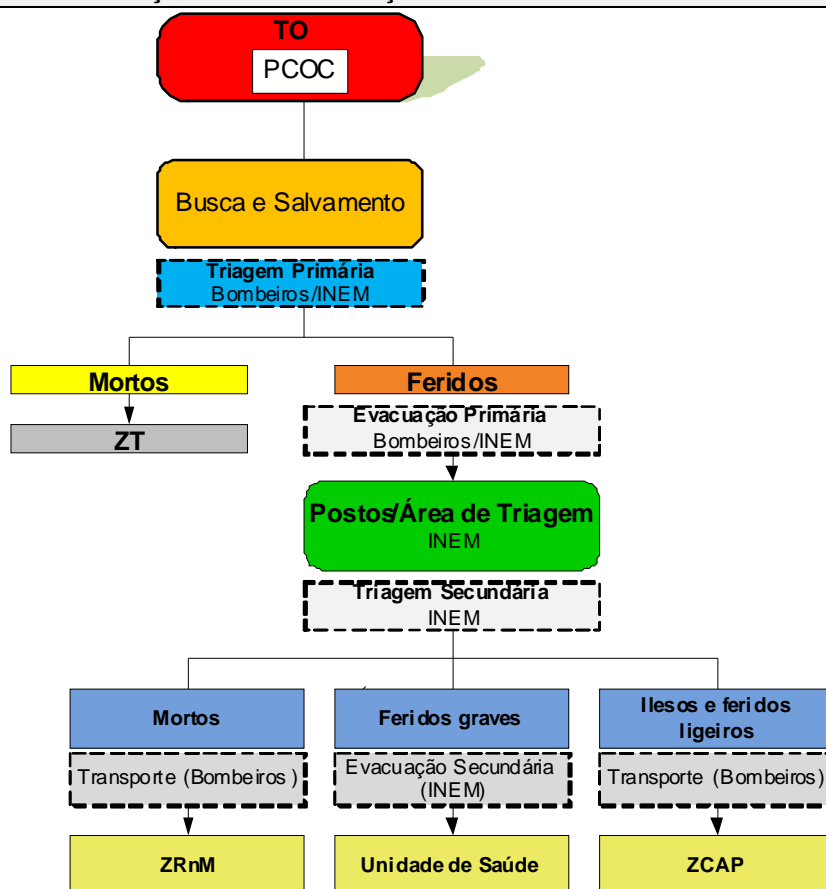
- Após a definição da zona de sinistro e de apoio, o tráfego rodoviário é controlado pelas forças de segurança, de modo a não interferir com a movimentação das populações a evacuar, nem com a mobilidade das forças de intervenção;
- As Forças de Segurança coordenam um serviço de estafetas para utilização como um dos meios de comunicação, em articulação com a área de intervenção das Comunicações;
- As Forças de Segurança garantem a segurança física das instalações do COM e da CMPC, mantendo desimpedidos os acessos;
- As Forças de Segurança, para além de garantirem a segurança no teatro de operações, na deslocação das populações afetadas, nas Zonas de Concentração Local, nos abrigos temporários e noutras instalações consideradas sensíveis (Câmara Municipal de Vila do Conde, Instalações da GNR e da PSP, Quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila do Conde), deverão ter previstas acções de patrulhamento no concelho, de modo a garantir a segurança da população (evitar alterações da ordem pública);
- Em condições concretas, poderão ser criadas barreiras físicas, ou seja, perímetros de segurança através dos quais o acesso ao teatro de operações será controlado. Será da responsabilidade do COS e assegurado pela GNR e/ou PSP. A dimensão do perímetro será determinada pela informação observada no local, podendo ser alargada ou diminuída de acordo com as características e evolução da ocorrência.

## 7. Serviços médicos e transporte de vítimas

Nos serviços médicos e transporte de vítimas, estão identificados os procedimentos e instruções de coordenação bem como os meios e as responsabilidades dos serviços, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio, quanto às actividades de saúde e evacuação secundária, face a um elevado número de vítimas.

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS	
<b>Entidade Coordenadora: INEM</b>	
<b>Entidades Intervenientes:</b>	<b>Entidades de Apoio Eventual:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• INEM;</li><li>• Autoridade de Saúde Concelhia;</li><li>• Unidades de Saúde do concelho de Vila do Conde.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Bombeiros;</li><li>• Cruz Vermelha Portuguesa.</li></ul>
<b>Prioridades de Acção:</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as Unidades de Saúde;</li><li>• Planear e estudar as acções de evacuação secundária das vítimas entre os postos de triagem e de socorro e outras unidades de saúde mais diferenciadas, bem como a evacuação de Hospitais;</li><li>• Coordenar as acções de saúde pública;</li><li>• Estabelecer áreas de triagem das vítimas;</li><li>• Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos Médicos Avançados;</li><li>• Assegurar a montagem, organização e funcionamento de hospitais de campanha;</li><li>• Determinar os hospitais de evacuação;</li><li>• Implementar um sistema de registo de vítimas desde o Teatro de Operações até à Unidade de Saúde de destino;</li><li>• Inventariar, convocar, reunir e distribuir o pessoal dos Serviços de Saúde, nas suas diversas categorias, de forma a reforçar e/ou garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes;</li><li>• Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na Zona de Sinistro;</li><li>• Organizar o fornecimento de recursos médicos;</li><li>• Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas.</li></ul>	

### Procedimentos e instruções de coordenação:



### Instruções Específicas:

- A triagem primária é da competência da Área de Intervenção de Socorro e Salvamento, sendo em regra realizada pelo Corpo de Bombeiros. O INEM colabora nessa acção de acordo com as suas disponibilidades;
- Os cadáveres identificados na triagem primária serão posteriormente encaminhados para a Zona de Transição (ZT);
- Postos de triagem e de socorros serão montados em estruturas fixas ou temporárias pelas Unidades de Saúde do concelho de Vila do Conde e INEM, que poderão ser reforçados com meios externos ao Município;
- A localização dos Postos/Áreas de triagem é identificada em colaboração com o Corpo de Bombeiros e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afectadas dentro da Zona de Sinistro, respeitando as necessárias distâncias de segurança;
- Para evacuação e tratamento dos operacionais serão utilizadas as estruturas hospitalares públicas e privadas disponíveis no Município (Hospital Distrital de Vila do Conde, Centro de Diagnóstico Pneumológico de Vila do Conde, Centro de Saúde de Junqueira, Centro de Saúde de Vila do Conde, Delegação de Saúde, SASU - Serviço de Atendimento a Situações Urgentes, Unidade de Saúde de Caxinas, Unidade de Saúde de Labruge, Unidade de Saúde de Malta, Unidade de Saúde de Modivas, Unidade de Saúde de Vairão), podendo ser reforçadas, a pedido, por outras estruturas municipais, distritais ou nacionais;

## 8. Socorro e Salvamento

Relativamente ao socorro e salvamento estabelecem-se os procedimentos e instruções de coordenação, bem como a identificação dos meios e das responsabilidades dos serviços, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio que podem incluir a extinção de incêndios, o escoramento de estruturas, o resgate ou desencarceramento de pessoas, a contenção de fugas e derrames de produtos perigosos, etc.

SOCORRO E SALVAMENTO	
<b>Entidade Coordenadora: Comandante das Operações de Socorro (COS)</b>	
<b>Entidades Intervenientes:</b>	<b>Entidades de Apoio Eventual:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• INEM;</li><li>• Bombeiros;</li><li>• Cruz Vermelha Portuguesa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li><li>• Outras.</li></ul>
<b>Prioridades de Acção:</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Planear e coordenar o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os sinistros;</li><li>• Planear e coordenar as acções de busca e salvamento;</li><li>• Proceder aos reconhecimentos essenciais à recolha e confirmação da informação disponível, com a maior brevidade possível, de forma a avaliar objectivamente a situação de emergência;</li><li>• Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afectadas pela situação de emergência;</li><li>• Planear e coordenar a evacuação primária, em articulação com a área de intervenção dos Procedimentos de Evacuação, colaborando nas acções de transporte;</li><li>• Propor trabalhos de demolição e desobstrução;</li><li>• Assegurar a minimização de perdas de vidas, bens e agressões ao meio ambiente;</li><li>• Assegurar a prestação de primeiros socorros, em articulação com a área de intervenção dos Serviços Médico e Transporte de Vítimas.</li></ul>	

### Áreas Operacionais:

Delimitam-se, para efeitos de melhoria da rapidez de resposta e rentabilização dos meios a envolver nas operações, três zonas operacionais concêntricas, em torno do local do sinistro:

- **ZONA VERMELHA**

Zona de concentração do total ou quase da totalidade dos danos. De utilização muito restrita, nela apenas actuarão as estruturas operacionais de protecção civil de primeira intervenção. A entrada de meios de reforço é feita a pedido e sob autorização. As vias terão preferencialmente sentido único.

Definem-se nesta zona, se necessário, sectores operacionais de actuação de emergência.

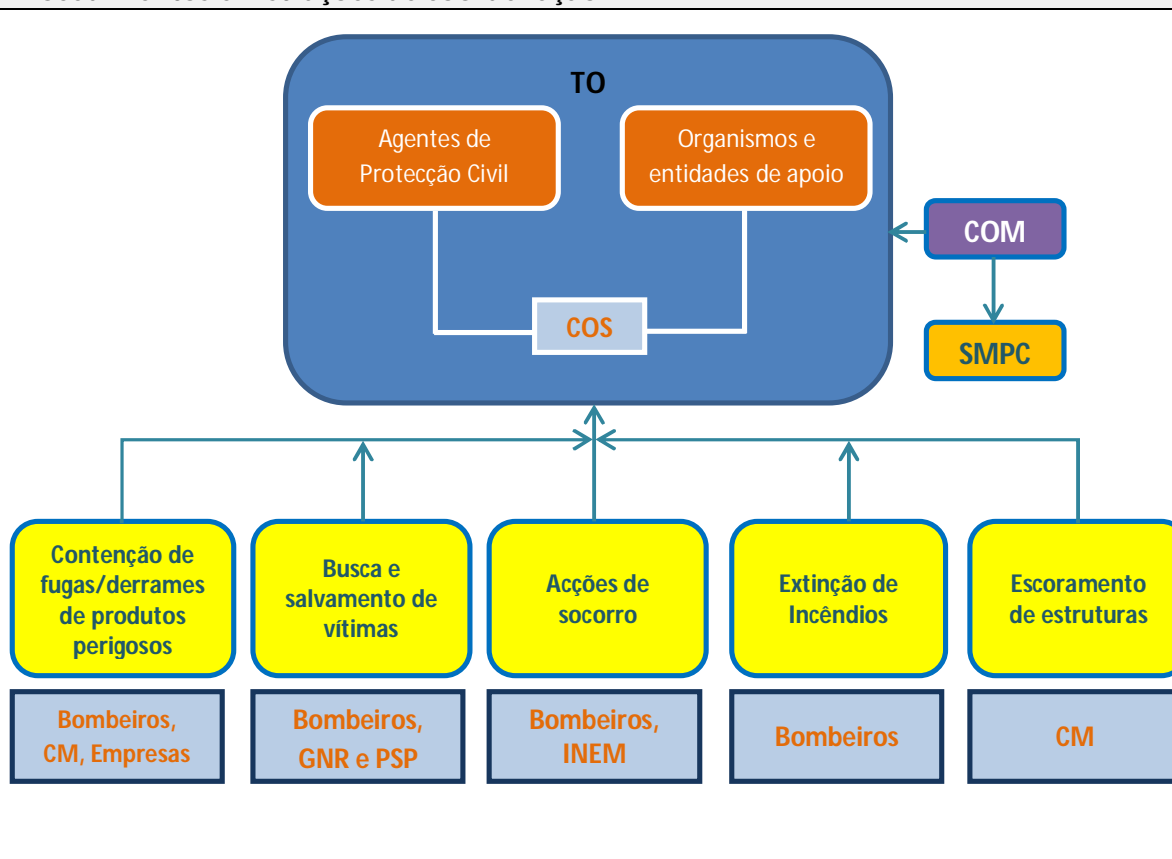
- **ZONA LARANJA**

Zona envolvente da primeira, podendo concentrar alguns danos e que se pode estender por áreas significativas em termos de dimensão. Serve de interface entre as zonas vermelha e verde e é nela que se posicionarão alguns meios e estruturas de apoio à emergência. A circulação é feita segundo autorização expressa, efectuando-se também, quando possível, em sentido único.

- **ZONA VERDE**

Zona de acesso e circulação livre, embora com as restrições necessárias às actividades prioritárias da emergência.

### Procedimentos e instruções de coordenação:



**Instruções Específicas:**

- A intervenção inicial face a um acidente grave ou catástrofe cabe, prioritariamente, às forças mais próximas do local da ocorrência ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada. Assim, de acordo com a legislação aplicável (SIOPS), o chefe da primeira equipa de intervenção assume a função de Comandante das Operações de Socorro (COS). Este, de imediato, deve avaliar a situação e identificar o tipo de ocorrência, o local e a extensão, o número potencial de vítimas e os meios de reforço necessários;
- A classificação das ocorrências deverá ser efectuada de acordo com o disposto na NOP 3101- 2009 de 04 de Junho, da ANPC (Classificação de Ocorrências);
- Caso aplicável, deverá ser indicado pelo COS a sectorização do teatro das operações, por zonas geográficas ou funcionais, e identificado um responsável por cada sector;
- O COS mantém a articulação operacional permanente com o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS);
- A nível municipal, a coordenação das operações de socorro é assegurada pela CMPC.
- As informações recolhidas devem ser comunicadas ao CDOS que deverá ter em conta o disposto na tabela de gravidade constante na Directiva Operacional Nacional n.º 1 ANPC/ANPC/2007 (Estado de alerta para as organizações integrantes do SIOPS);
- O fim da situação de emergência é dado pelo COS, em articulação com o Director do Plano;
- Compete ao COS promover a recolha sistemática de informação relacionada com a situação de emergência e estabelecer um registo cronológico da sua evolução, elaborando relatórios e pontos de situação;
- Compete ao COS manter permanentemente actualizado o estudo da situação nas áreas sinistradas e em cada um dos pontos críticos, propondo e accionando os meios adequados, em articulação com a CMPC e com o Director do Plano;
- O COS propõe à CMPC trabalhos de demolição ou de estabilização de infraestruturas e de contenção de fugas e derrames;
- As forças de segurança asseguram primariamente as operações de busca e evacuação da população afectada;
- As acções de Socorro e Salvamento serão coordenadas pelo Comandante das Operações de Socorro, recorrendo aos corpos de bombeiros e ao INEM (o qual, por sua vez, se deverá articular com as estruturas de saúde locais através da autoridade de saúde do concelho);
- No que respeita à prestação de cuidados médicos e transporte de vítimas aplica-se o definido para a Área de Intervenção de Serviços Médicos e transporte de Vítimas;
- Os Bombeiros Voluntários de Vila do Conde serão responsáveis pelas acções de combate a incêndios e pelo desencarceramento de vítimas recorrendo a meios próprios e a meios da Câmara Municipal (solicitados pelo COS à CMPC);
- A GNR recorre a equipas cinotécnicas sempre que tal mostre ser necessário e possível;
- As forças de segurança recorrem sempre que necessário a entidades para apoio nas acções de busca;

## 9. Serviços mortuários

No que respeita aos serviços mortuários, estabelecem-se os procedimentos e instruções de coordenação, identificam-se os meios e serviços, agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio, relacionados com as actividades de recolha e reunião de vítimas mortais e instalação de morgues provisórias (para identificação e reconhecimento de vítimas mortais e sepultamento de emergência).

SERVIÇOS MORTUÁRIOS	
<b>Entidade Coordenadora: Autoridade de Saúde Concelhia</b>	
<b>Entidades Intervenientes:</b>	<b>Entidades de Apoio Eventual:</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• INEM;</li><li>• Bombeiros;</li><li>• Autoridade de Saúde Concelhia;</li><li>• Forças de Segurança;</li><li>• Polícia Judiciária;</li><li>• Ministério Público;</li><li>• Instituto Nacional de Medicina Legal;</li><li>• Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;</li><li>• Cruz Vermelha Portuguesa.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Câmara Municipal de Vila do Conde;</li><li>• Outras.</li></ul>
<b>Prioridades de Acção:</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• Assegurar o correcto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos operacionais previstos;</li><li>• Assegurar a criação de equipas responsáveis pela avaliação das vítimas (ERAV);</li><li>• Receber e guardar os espólios dos cadáveres, informando o "centro de pesquisa de desaparecidos" (articulação com a área da Manutenção da Ordem Pública - as Forças de Segurança promovem a organização destes centros que têm como objectivo acções de pesquisa de desaparecidos);</li><li>• Fornecer à área de Gestão da Informação e à Direcção do Plano listas actualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento;</li><li>• Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita a: colheita de dados <i>Post-mortem</i> (PM), colheita de dados <i>Ante-mortem</i> (AM) e cruzamento de dados PM/AM;</li><li>• Assegurar a presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança;</li><li>• Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas;</li><li>• Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;</li><li>• Garantir uma correcta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.</li></ul>	

```
graph TD
    TO[TO] --> AV[Avaliação da vítima]
    AV --> ACM[Avaliação da causa da morte]
    ACM --> Crime[Crime]
    ACM --> NCrime[Não crime]
    Crime --> IPJ[Investigação - PJ]
    NCrime --> AR[Autorização da remoção para autópsia]
    IPJ --> AR
    AR --> T[Transporte]
    T --> ZRnM[ZRnM]
    INML1[INML] --> ZRnM
    ZRnM --> NecPro[Necrotério Provisório (NecPro)  
Autópsia médico-legal e perícia policial  
Informação post-mortem]
    T2[Transporte] --> NecPro
    NecPro --> ED[Entrega e/ou depósito (frio e/ou inumação provisória) dos cadáveres]
    NecPro --> CCD[C. Conciliador Dados]
    PJ[PJ] -- Gestão --> CCD
    CCD --> RD[Recolha de dados ante-mortem]
    RD --> CCD
```

O diagrama ilustra o processo de remoção de vítimas de trânsito rodoviário para necropsia, organizado em etapas principais e atividades de apoio:

- TO** (Tombamento) recebe a **Vítima removida pelas Equipas SAR para ZT**.
- Avaliação da vítima** recebe input de **TO** e **ERAV** (Forças de Segurança, Polícia Judiciária, Médico).
- Avaliação da causa da morte** recebe input de **Avaliação da vítima** e **Missão da ERAV** (Referenciação do cadáver; Validação suspeita de crime; Preservação das provas; Verificação do óbito).
- A avaliação da causa da morte resulta em **Crime** ou **Não crime**.
  - Crime** leva à **Investigação - PJ**.
  - Não crime** leva diretamente à **Autorização da remoção para autópsia**.
- Autorização da remoção para autópsia** recebe input de **Investigação - PJ** e **Ministério Público (MP)**.
- Transporte** recebe input de **Autorização da remoção para autópsia** e **GNR/PSP** (Responsável).
- ZRnM** (Zona de Remoção e Necropsia) recebe input de **Transporte** e **INML** (Instituto Nacional de Medicina Legal).
- Necrotério Provisório (NecPro)** recebe input de **ZRnM** e **Transporte**.
  - O **NecPro** realiza a **Autópsia médico-legal e perícia policial** e gera **Informação post-mortem**.
  - O **NecPro** também é responsável pela **Gestão** do **INML**.
- O **NecPro** envia os cadáveres para **Entrega e/ou depósito (frio e/ou inumação provisória) dos cadáveres**.
- O **NecPro** envia dados para o **C. Conciliador Dados**.
- O **C. Conciliador Dados** recebe input de **PJ** (Gestão) e **Recolha de dados ante-mortem**.



**Instruções Específicas:**

- O chefe da ERAV é o representante da GNR/PSP, conforme área de incidência. O médico que integra a ERAV é enviado pela Autoridade de Saúde mas se tal não for possível, serão aceites quaisquer outros médicos desde que seja possível, ao chefe da ERAV, verificar a sua credenciação como tal;
- Sendo localizado um corpo sem sinais de vida e sem tarja negra aposta, o médico da ERAV verificará o óbito e procederá à respectiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ. Caso sejam detectados indícios de crime, o chefe da ERAV poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a Zona de Reunião de Mortos (ZRnM);
- A aposição de tarja negra e de etiqueta numa vítima sob supervisão de um médico corresponde à verificação do óbito, devendo ser feito na triagem de emergência primária, sempre que possível;
- A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram inspeccionados até à ZRnM, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao Ministério Público e é solicitada pelo chefe da ERAV;
- A autorização do MP para remoção é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV, dia, hora e local da remoção, conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;
- A autorização antecedente é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura municipal, ou, em caso de impossibilidade, noutra estrutura onde esteja presente;
- Compete à GNR/PSP promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados ("body-bags"), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas. Os Bombeiros mediante as suas disponibilidades, colaborarão nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e/ou destas para os Necrotérios Provisórios (NecPro);
- Assegura a constituição das Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e dos Necrotérios Provisórios (NecPro), que se poderão localizar em pavilhões gimnodesportivos e armazéns (escolher em função da localização do acidente grave ou catástrofe - ver figura 26 - Parte IV - Secção II - 4);
- O MP autoriza a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para as ZRnM e destas para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal e demais procedimentos tendentes à identificação, estabelecimento de causa de morte e subsequente destino do corpo ou partes ou fragmentos anatómicos;
- Compete à Câmara Municipal providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INML, designadamente o fornecimento de iluminação, macas com rodas, mesas de trabalho, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;
- A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas médico-legais e policiais, registadas em formulários próprios;
- Deverá ser assegurada a presença de representantes do Instituto de Registos e

Notariado nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;

- Relativamente a vítimas de nacionalidade estrangeira, será accionado no NecPro, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) da PJ, para obtenção de dados para a identificação da mesma;
- Aquando da activação do plano, e tendo como missão a recolha de dados *ante-mortem*, promover-se-á a activação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, conforme decisão do MP e sob responsabilidade da PJ e do INML (estes centros irão recolher todos os dados *ante-mortem* que posteriormente serão conciliados com a informação *post-mortem*);
- Os cadáveres que se encontrem em Hospitais de Campanha ou Postos Médicos Avançados são encaminhados para ZRnM desenrolando-se, a partir daí, os procedimentos previstos no fluxograma;
- Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde e decorrentes do incidente, adoptam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de confirmação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após cumprimento das formalidades legais internas e autorização do MP, o cadáver será transportado para o NecPro;
- Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde mas que decorram de patologias anteriores ao incidente, adoptam-se os procedimentos habituais de verificação do óbito e, após cumprimento das formalidades legais internas, o cadáver poderá ser libertado para a família;
- Compete às entidades gestoras das ZRnM e dos NecPro fornecer ao MP a informação sobre vítimas falecidas, o qual a transmitirá à Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC), incluindo dados sobre o número de mortes verificadas, de mortos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios. A transmissão e divulgação desta informação far-se-á com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer;
- Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, podem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos, até à posterior inumação ou cremação individual definitiva;
- As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela Área de Intervenção de Logística, de acordo com os meios disponíveis;
- O apoio psicológico aos familiares das vítimas e elementos das equipas de intervenção será efectuado de acordo com os procedimentos definidos para as respectivas Áreas de Intervenção.

## 10. Protocolos

Serão estabelecidos protocolos de cooperação em termos de cedência de equipamentos, de apoio logístico, de comunicações e apoio social entre a Câmara de Vila do Conde e diversos agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio, públicas e privadas, de modo a potencializar todos os recursos e acções que se tornem necessários em caso de acidente ou catástrofe.

Neste âmbito será importante estabelecer protocolos com:

- **empresas de construção civil**, para determinar a existência de equipamentos e maquinaria de engenharia e construção civil que poderão ser rapidamente mobilizadas em caso de emergência;
- **empresas de transporte de passageiros e mercadorias**, pois estas poderão prestar apoio em diversas actividades de protecção civil em caso de emergência;
- **entidades responsáveis por infra-estruturas de alojamento e acolhimento**, de modo a assegurar alojamento temporário às pessoas evacuadas em caso de acidente grave ou catástrofe;
- **empresas de combustíveis e lubrificantes**, devido à necessidade de abastecimento das forças de segurança, socorro, protecção civil, emergência médica, máquinas de engenharia e transporte, etc.;
- **empresas privadas de saúde**, para que em caso de rotura de capacidade ou stock dos hospitais públicos se estabeleçam sinergias para auxiliar as vítimas de acidente grave ou catástrofe.